

# MAPA DE ARGUMENTOS FEMINISTAS

Este Mapa de Argumentos Feministas foi elaborado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia tendo como ponto de partida as discussões realizadas por diversos sujeitos do movimento feminista de Pernambuco na atividade *Diálogos por Justiça Reprodutiva*, promovida pela organização no dia 19 de junho de 2024, no Recife. Na ocasião, movimentos e organizações feministas, movimentos sociais em geral e pré-candidatas feministas às eleições municipais colocaram em diálogo suas visões da conjuntura política, suas compreensões acerca da justiça reprodutiva, a relação entre justiça reprodutiva e Executivo e Legislativo municipais e os desafios para o enfrentamento do fundamentalismo, tendo em vista as eleições municipais de 2024. Participaram como expositoras dos Diálogos militantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas e Marcha Mundial das Mulheres, além de nós do SOS Corpo. O Mapa também traz reflexões acumuladas pelo Instituto ao longo da nossa trajetória.

Tomamos como base a justiça reprodutiva por ser um conceito capaz de unir as lutas por justiça social e por direitos sexuais e reprodutivos. Elaboração oriunda do feminismo negro, a justiça reprodutiva parte da crítica à maneira como a discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos é feita em alguns países e em alguns setores do movimento feminista, desconsiderando as desigualdades de raça, sexualidade, classe social, etc. Pois, estruturas de opressão como o racismo, o capitalismo e o patriarcado, interseccionadas, constroem condições de escolha desiguais para as pessoas no que tange às suas vidas e reprodução. Assim, esta luta supõe que a autodeterminação sexual e reprodutiva só poderá existir com o fim de todas as formas de desigualdade.

Nos últimos anos, setores conservadores e antidemocráticos se estabeleceram no poder público e estão hoje capitalizados e enraizados nos territórios. Se declaram “pró-vida” e “pró-família” e atuam sistematicamente para derrubar os direitos das mulheres, meninas e pessoas que gestam, em especial os direitos sexuais e reprodutivos. O caso recente do PL 1904/2024, no Congresso Nacional, ilustra essa ofensiva. As forças fundamentalistas só recuaram, neste caso, após manifestações organizadas pelo movimento feminista em todo o país que mobilizaram outros setores progressistas e expuseram o caráter patriarcal e racista da medida.

Ataques como este pressupõem a proteção a um determinado modelo de família que busca impor um determinado padrão de gênero e sexualidade para todas as pessoas. As forças fundamentalistas enxergam a família como unidade organizativa básica da sociedade que, sozinha, deve sustentar todas as suas necessidades. Assim, o discurso fundamentalista funciona também como instrumento moral para reforçar estratégias que desorbitam o Estado de tomar medidas de proteção à população, aprofundando as desigualdades de raça, classe e gênero.

Portanto, a luta por direitos sexuais e reprodutivos não pode ser desatrelada dos aspectos sociais, econômicos e políticos que determinam as vidas das mulheres e pessoas que gestam. Isso está diretamente ligado a uma compreensão feminista da democracia e envolve a garantia de vagas em creches e escolas públicas, atenção integral e humanizada à saúde, políticas de distribuição de renda, direitos trabalhistas e previdenciários, moradia digna e saneamento básico, segurança alimentar... E envolve também a legalização do aborto, pois com sua criminalização, nossa vida sexual e reprodutiva é afetada por injustiças sociais de gênero, raça, classe.

É a partir dessas questões que este Mapa se organiza: de um lado estão contidos argumentos feministas sobre a justiça reprodutiva, com ênfase na defesa da legalização do aborto, pois mesmo esta não sendo uma agenda dos municípios, em contextos eleitorais este tema sempre é pautado de forma irresponsável e enganosa pelos fundamentalistas. Do outro lado estão argumentos que relacionam justiça reprodutiva e vida cotidiana, pois é nos municípios que acessamos muitos dos direitos que impactam no nosso dia a dia, constituindo (ou não) um contexto de justiça reprodutiva.

Com esse material desejamos contribuir com reflexões e aprendizados coletivos que fortaleçam o campo feminista para os embates que estão no horizonte das eleições municipais de 2024. Esperamos contribuir para que, além de barrar retrocessos, possamos eleger candidatas de esquerda, feministas e antirracistas que alterem a correlação de forças e construam um cenário mais próximo da justiça reprodutiva para todas as mulheres, meninas e pessoas que gestam!

## FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO  
SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

ELABORAÇÃO  
Maria Betânia Ávila, Natália Cordeiro e Talita Rodrigues

ILUSTRAÇÕES  
Luiza Morgado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:  
Laura Morgado

GRÁFICA  
Provisual



REALIZAÇÃO



SOS CORPO  
Instituto Feminista para a Democracia

APOIO

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

Brot für die Welt

## NO PARTO OU NO ABORTO, HUMANIZAÇÃO SEMPRE!

Todas as mulheres e pessoas que gestam têm direito a um pré-natal de qualidade, a parir e abortar sem violências e livres do racismo institucional. Por isso, é obrigação do Estado enfrentar as precárias condições de saúde e garantir acesso de qualidade para todas as mulheres e pessoas que gestam, diminuindo as mortes na gravidez, parto e puerpério. Também é preciso enfrentar o poder médico que, muitas vezes, faz intervenções desnecessárias, como demonstra a epidemia de cesarianas que vivemos no país. Por isso, é necessário o fortalecimento do SUS democrático e popular que tenha o compromisso ético e político com a garantia do cuidado das mulheres, meninas e pessoas que gestam ao longo de suas vidas, pois, seja no parto ou no aborto, precisamos ser acolhidas, cuidadas e tratadas como sujeitos de direitos.

Defender a legalização do aborto significa defender o direito à justiça e à autodeterminação reprodutiva das mulheres, meninas e pessoas que gestam. Significa poder decidir sobre nossos corpos e vidas e enfrentar as desigualdades de raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual, território, idade, etc. Não basta que o aborto não seja crime, é necessário que ele seja um direito garantido pelo Estado e implementado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para quem assim o desejar. Assim como no caso das drogas, a proibição não leva à redução da prática ou do uso, mas fortalece mercados ilegais e impede ações de redução de danos, gerando mortes e punições. Nos países onde o aborto é legalizado, há redução da taxa de procedimentos inseguros e as políticas de planejamento reprodutivo passam a ser mais eficientes, reduzindo também os números de mortes no ciclo gravídico-puerperal, pois o aborto é uma das cinco principais causas de morte materna no mundo.

## LEGALIZAÇÃO DO ABORTO COMO QUESTÃO DEMOCRÁTICA

O direito ao aborto é um direito fundamental para a emancipação das mulheres que implica a sua liberdade e a luta pela igualdade. Uma gravidez indesejada que leva à decisão de fazer um aborto ilegal e clandestino fere a possibilidade de autodeterminação reprodutiva, impondo um limite para o exercício da liberdade humana. Para as mulheres e pessoas que gestam, recusar a gravidez indesejada é dizer não à ordem injusta desse mundo socialmente construído que controla e explora os nossos corpos, sexualidade e reprodução. O conflito em torno da legalização do aborto também atinge uma dimensão fundamental da democracia que é a concepção de Estado laico, desvinculado de uma ordem religiosa. O direito ao aborto é também um indicador do grau de democracia de um país. Nós, feministas, defendemos a democracia na esfera política e no cotidiano, no mundo e em nossas vidas. Defender o direito ao aborto para todas as mulheres, meninas e pessoas que gestam significa defender a democracia.

## GRAVIDEZ FORÇADA É TORTURA

A gravidez indesejada é uma angústia que afeta profundamente quem passa por esta experiência, sendo fonte de muito sofrimento. Quando uma mulher, menina ou pessoa que gesta é obrigada a manter uma gravidez indesejada, esse processo se torna uma tortura imposta pela ordem patriarcal. É bom pensar criticamente a relação entre os sofrimentos impostos às mulheres e as leis criadas majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais e ricos. A tortura é uma prática cruel que tem como propósito humilhar, punir, dominar, levar ao sofrimento extremo, levar ao limite da vida com a morte – e, muitas vezes, à morte – para impor sobre outras, outros e outras o poder que nega a liberdade de ser no mundo como sujeito. A gravidez indesejada mantida como imposição é tanto uma fonte, como uma prática de tortura, intensamente combatida pelo movimento feminista em sua luta em defesa dos direitos humanos.

## ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO

## MATERNIDADE COMO DIREITO E NÃO COMO OBRIGAÇÃO

A maternidade não é desejo de todas as mulheres e não pode ser obrigação só pelo fato de sermos mulheres. Lutamos pelo direito das mulheres terem liberdade e autonomia para decidir sobre seus corpos, caminhos e projetos de vida. Entretanto, quando desejada, a maternidade precisa ser garantida para todas as mulheres e pessoas com possibilidade de gestar como direito reprodutivo e como direito humano. No Brasil, mulheres negras e pobres foram esterilizadas compulsoriamente nas décadas de 1980 e 1990 como forma não declarada de, supostamente, diminuir a pobreza. Ainda hoje, são elas as que mais sofrem violência obstétrica ou morrem na gravidez, parto ou aborto, sendo ainda maioria entre aquelas que têm seus filhos assassinados pela polícia, pela milícia e pelo tráfico. É preciso garantir justiça reprodutiva para que todas as pessoas que desejam tenham condições de gestar, parir e criar seus filhos em segurança e com projetos de futuro.

## A CRIMINALIZAÇÃO MATA, ENCARCERA E HUMILHA

A criminalização do aborto não impede que ele aconteça: no Brasil, uma em cada 7 mulheres já fez um aborto até os 40 anos. Na prática, a proibição gera abortos em situações inseguras, colocando a vida de mulheres, meninas e pessoas que gestam em risco. Os estigmas e preconceitos gerados pela criminalização também dificultam o acesso de pessoas em situação de abortamento espontâneo e que têm direito ao aborto previsto em lei nos serviços de saúde. A proibição ainda coloca em risco profissionais de saúde que podem ser perseguidos quando atuam para garantir acesso ao abortamento legal. É preciso destacar que a criminalização afeta principalmente mulheres, meninas e pessoas que gestam que são negras, pobres, moram distante dos centros urbanos, têm deficiência etc., pois elas acabam realizando procedimentos altamente inseguros ou de fato não conseguem interromper a gestação. São elas as mais denunciadas e punidas por aborto.

## EDUCAÇÃO SEXUAL PARA DECIDIR, CONTRACEPÇÃO PARA NÃO ENGRAVIDAR E ABORTO LEGAL PARA QUEM DESEJAR

A educação sexual é um direito sexual e reprodutivo de todas as pessoas e deve garantir informações seguras para guiar escolhas conscientes, planejadas e livres de violências. Esta é uma responsabilidade das famílias, mas também do Estado, através das escolas e dos serviços de saúde. Também é nosso direito e, portanto, deve ser assegurado pelo poder público, acessar métodos contraceptivos seguros para evitar gravidezes indesejadas. Mas tanto as falhas do Estado, quanto discursos moralistas e fundamentalistas têm dificultado o acesso dos/as adolescentes, jovens e adultos/as às informações seguras e aos métodos contraceptivos. Sabemos também que todos os métodos contraceptivos podem falhar e que muitas pessoas engravidam em decorrência de violências sexuais, em sua maioria praticadas por pessoas próximas. Por isso, precisamos de aborto legal para todas as pessoas que desejarem, de forma que possam exercer sua autodeterminação reprodutiva.

## PELA VIDA DAS MULHERES, MENINAS E PESSOAS QUE GESTAM

Foram os movimentos feministas que pautaram o aborto na agenda política como direito de mais da metade da população, não sendo, portanto, uma mera questão “moral” ou de “costumes”. Esta é uma luta histórica do feminismo, que foi protagonizada pelas mulheres a partir das suas experiências. No entanto, nas últimas décadas, outras pessoas que gestam se juntaram a esta luta como as pessoas não binárias, homens trans, boyceatas e transmasculinidades de modo geral, pois são pessoas com condições biológicas de gestar, parir e abortar. Essa luta também diz respeito às meninas que são as principais vítimas de violência sexual. Ao dizermos “é pela vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam”, nos contrapomos à hipocrisia dos discursos fundamentalistas que se dizem “pró-vida”, mas que, ao mesmo tempo em que criminalizam as mulheres, não garantem condições dignas de vida para quem nasce. Dizemos ainda que estas vidas importam para nós e para a sociedade.

## ABORTO COMO DIMENSÃO DA VIDA REPRODUTIVA DAS MULHERES E PESSOAS QUE GESTAM

Enquanto feministas defendemos o direito das mulheres, meninas e pessoas que gestam de decidirem sobre suas trajetórias de vida e terem suas escolhas apoiadas. Mas, o contexto em que vivemos está muito distante dessa realidade. Na sociedade ainda predomina a ideia de que mulheres têm que ser mães e quando o são, recaem sobre elas a maior parte do trabalho reprodutivo: cuidar das crianças, cuidar da casa, cuidar das pessoas adoecidas e dos idosos. Para outras pessoas que gestam, como homens trans e pessoas não binárias, ainda há os preconceitos, violências e violações de direitos diante da expressão da sua identidade de gênero. As meninas, são as que mais sofrem violência sexual, geralmente cometida em casa pelos pais, avós, padrastos, vizinhos e outras pessoas próximas. Isso as deixa sem muitas condições de acolhimento e enfrentamento à violência. Além disso, o Estado falha sistematicamente em assegurar políticas públicas que distribuam melhor o trabalho reprodutivo e que assegurem à maior parte da população as condições para o bem-viver. Diante disso tudo, as escolhas e decisões das mulheres, meninas e pessoas que gestam são limitadas pelo contexto em que vivem e é aí onde se manifestam mais profundamente as desigualdades de raça, classe, território, identidade de gênero e orientação sexual. Em um esforço de pensar a relação entre justiça reprodutiva e vida cotidiana, ao virar essa página, apresentamos um mapa da vida reprodutiva sobre o território da cidadania. Nele estão diversas políticas públicas que são responsabilidade do poder público municipal e que tem a ver diretamente com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, meninas e pessoas que gestam. Lembrando que as pessoas vivem nas cidades, nos campos e florestas, portanto, a todas elas deve ser garantido o acesso aos serviços públicos como parte dessa comunidade que se chama município.

VIRANDO A PÁGINA...

# JUSTIÇA REPRODUTIVA E VIDA COTIDIANA



## LEGENDA



**MORADIA**

- A moradia como um lugar afetivo, de aconchego e pertencimento a famílias diversas, em comunidades livres de violências e de injustiças socioambientais, favorece viver o cotidiano de forma segura.



**TRABALHO**

- O trabalho produtivo e reprodutivo garantem o viver individual e coletivo, necessitando de condições dignas e igualitárias para o seu exercício cotidiano.
- A divisão justa das tarefas do trabalho reprodutivo permite às mulheres e pessoas que gestam uma maior disponibilidade de tempo para si e para o exercício de sua sexualidade e prazer.
- As garantias de emprego e renda permitem a manutenção das famílias e geram um maior grau de autonomia na vida das mulheres e pessoas que gestam.



**SAÚDE**

- Os serviços de saúde estruturados e de qualidade possibilitam o acesso à saúde sexual e reprodutiva.
- O acesso à educação sexual, aos exames preventivos, à contracepção, ao pré-natal, ao parto ao aborto legal são indispensáveis para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.



**LAZER E CULTURA**

- O usufruto e a produção da cultura, como expressão artística, em sua diversidade, são dimensões fundamentais da vida.
- Espaços de lazer de qualidade e espalhados por todos os territórios possibilitam a vivência do descanso e da alegria como dimensões essenciais da vida.



**INSTITUIÇÕES POLÍTICAS**

- A participação política das mulheres, populações negra, indígena e LGBTQIAPN+ e classe trabalhadora, que sejam comprometidas com a superação das desigualdades, contribui para a democratização do poder.



**TRANSPORTE**

- Transportes coletivos seguros e de qualidade facilitam os deslocamentos das mulheres e das pessoas que gestam no dia a dia para o cuidado com a saúde, com as crianças e no trabalho doméstico.



**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- O acesso à assistência social pelas pessoas que dela necessitem favorecem o enfrentamento das desigualdades e meios para sustentação da vida.



**ALIMENTAÇÃO**

- A segurança alimentar é uma necessidade básica para manutenção e reprodução da vida.
- A produção saudável e a distribuição justa dos alimentos são dimensões fundamentais para a vivência da solidariedade e produção de uma vida em comum.



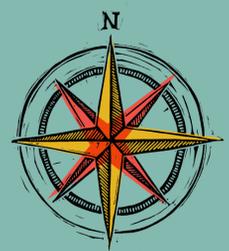
**ESCOLAS e CRECHES**

- As creches e escolas contribuem para o compartilhamento do cuidado como responsabilidade coletiva.
- Criança na creche permite às mulheres e às pessoas que gestam, principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, um tempo para si e possibilita às crianças condições seguras para seu desenvolvimento integral.
- A escola é um espaço de formação para si e para o mundo, ela favorece a expansão dos nossos horizontes no decorrer da vida.



**MEIO AMBIENTE**

- Condições socioambientais seguras e saudáveis são necessárias para o bem-viver e para a reprodução da vida.



Para que constituam um cenário de justiça reprodutiva para as mulheres, meninas e pessoas que gestam, essa série de políticas públicas precisam atuar conjuntamente. Embora elas sejam uma condição necessária para a justiça reprodutiva, elas não são condição suficiente para ela. Ou seja, para que no longo prazo tenhamos uma vida livre e autônoma na qual podemos decidir sobre nossos corpos e vidas, é necessário assegurar no médio prazo esses direitos.

Escolher representantes comprometidos com a justiça reprodutiva nas eleições municipais que se aproximam é um passo nessa direção. Mas em um mundo capitalista, patriarcal e racista que se reproduz pela desigualdade, é impossível conceber a igualdade como horizonte possível dentro desse sistema. Passando as eleições, precisamos dar continuidade às lutas coletivas que visam conquistas que garantam o bem-viver e avanços em termos de proposições e confrontos capazes de acirrar as contradições. Pois como nos ensina Galeano, "a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar". Esperamos que esse Mapa de Argumentos Feministas contribua nessa caminhada coletiva e nos leve para mais perto de um contexto de justiça reprodutiva e justiça social para todas, todos e todes.